

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.340.992 - SP (2018/0198000-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FILOAUTO INDUSTRIA ECOMERCIO LTDA
ADVOGADOS : VALDEMIR JOSÉ HENRIQUE - SP071237
LUIZ ANTÔNIO ALVES PRADO E OUTRO(S) - SP101198
AGRAVADO : LINDE GASES LTDA
ADVOGADO : JAMIL ABID JÚNIOR - SP195351

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por FILOAUTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 1015-1033, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 959-967, e-STJ):

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS COM LOCAÇÃO DE CILINDROS - Desinteresse na continuidade da relação contratual - Cláusula contratual que previa a possibilidade de denúncia amigável, sem multa - Locatária que, no entanto, criou embaraços à retirada dos cilindros - Valores devidos até a retirada dos cilindros do estabelecimento da locatária - Cobranças devidas até então - Juros de mora que devem incidir a partir de cada vencimento - Dever da locadora comprovar a existência de outros cilindros em poder da locatária - Condenação da locatária ao pagamento de indenização pelo valor de reposição dos bens que deve ser afastada - Infração contratual comprovada nos autos - Laudo pericial não impugnado pelas partes - Cláusula penal - Juros de mora corretamente fixados a partir da citação.
Recursos parcialmente providos.

Nas razões do recurso especial (fls. 980-994, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 319, 321, 422 e 474 do CC/2002; 373 do CPC/2015; 39, 40, 46 e 51 do CDC.

Sustenta, em síntese, que: a) não há provas de que a insurgente tenha dificultado a devolução dos equipamentos alugados; b) a recorrida não apresentou provas de suas alegações; c) os objetos alugados não foram devolvidos por inércia da ora recorrida em solicitá-los; e d) é indevida a aplicação da multa contratual.

Contrarrazões às fls. 1000-1009, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 1011-1012, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) a simples referência a dispositivo de lei não autoriza o conhecimento de recurso especial; e b) aplicar-se-iam ao caso os enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) a decisão de admissibilidade é nula, por ausência de fundamentação; b) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato; e c) as suscitadas ofensas a dispositivos infraconstitucionais estão devidamente expostas.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, não há se falar em nulidade da decisão agravada por ausência de fundamentação específica, na medida em que o juízo de admissibilidade do recurso especial submete-se a um duplo controle, exercido, inicialmente, pelo Tribunal de origem e, posterior e definitivamente, por esta Corte.

Logo, cabe ao Superior Tribunal de Justiça veicular a última palavra a respeito do processamento do apelo nobre, de sorte que eventuais vícios de fundamentação identificados na decisão prolatada pelo Tribunal *a quo* serão supridos por meio do manejo do recurso pertinente, como fez a ora agravante.

Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LITISCONSÓRCIO DESFEITO. ART. 191 DO CPC/73. INAPLICABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE QUE NÃO VINCULA ESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A decisão de admissibilidade proferida pelo Tribunal estadual não vincula esta Corte Superior, na medida em que tal juízo está sujeito ao duplo controle.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 949.716/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL, CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIÊNCIA. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

(...)

4. É pacífico que a verificação dos pressupostos do recurso especial está sujeita ao duplo juízo de admissibilidade, de maneira que a aferição dos requisitos extrínsecos e intrínsecos do apelo pelo Tribunal de origem não vincula esta Corte Superior. Precedentes.

5. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1536150/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 01/09/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. INTEMPESTIVIDADE. RESOLUÇÃO/STJ 17/2013 E ART. 21-E DO RISTJ. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

V. O juízo de admissibilidade do Recurso Especial, realizado na origem, está sujeito a duplo controle, de maneira que a aferição da regularidade formal do apelo, pelo Tribunal a quo, não vincula o Superior Tribunal de Justiça, já que se trata de juízo provisório,

recaindo o juízo definitivo sobre este Sodalício, quanto aos requisitos de admissibilidade e em relação ao mérito.

(AgInt no AREsp 1226043/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018) [grifou-se]

Portanto, por não restar caracterizado prejuízo à recorrente, afasta-se o reconhecimento da alegada nulidade.

2. De igual modo, não merecem guarida as demais questões suscitadas no apelo nobre.

Com efeito, verifica-se que a insurgente pugna pela reforma do *decisum* recorrido com base na premissa de que não dificultou a devolução dos cilindros de gás alugados. Assim, seria indevida a condenação ao pagamento dos valores estipulados no acórdão recorrido, decorrentes de sua mora e inadimplemento contratual.

Tem-se, contudo, que o Tribunal local, à luz do acervo probatório acostado aos autos, consignou que restara provada a responsabilidade da ora recorrente pela não restituição dos supracitados equipamentos. Veja-se (fls. 964- e-STJ):

Não obstante, a ré reconvinte continuou a emitir cobranças contra a autora reconvinda (fls. 45/46, 72/73, 75/76, 83 e 91/94), bem solicitou abertura de cadastro junto à Serasa Experian para registro das obrigações decorrentes do contrato em questão (fls. 29/32 e 74).

Em defesa, a ré reconvinte justificou a cobrança dos alugueis no fato de a autora reconvinda não ter permitido a retirada dos cilindros de seu estabelecimento, bem como, após a retirada, operada em 13.10.10, ter permanecido na posse de 6 cilindros.

De fato, restou comprovado nos autos que a retirada dos cilindros locados à autora reconvinda pela ré reconvinte somente não ocorreu por resistência da própria autora, como constou da r. sentença, "extraí-se das mensagens trocadas que a autora criou dificuldades à retirada dos equipamentos pela ré, inclusive exigindo apresentação de Nota Fiscal (fls. 171), exigência que não consta do contrato. Note-se que nem mesmo no anexo contratual de fls. 16 há indicação das notas fiscais dos cilindros inicialmente locados." (fl. 822 verso).

As mensagens eletrônicas de fls. 154/157 trocadas entre as partes demonstram que foi autorizada a retirada dos cilindros que estavam com as devidas notas fiscais, exigência que não encontra guarida no contrato, tampouco no anexo do contrato e nem mesmo nas notificações encaminhadas pela própria autora reconvinda à ré reconvinte, quando exigiu a retirada dos cilindros.

Assim, correta a r. sentença ao considerar a autora reconvinda responsável pelo pagamento dos alugueis de 52 cilindros até 13.10.10, data da efetiva retirada (fl. 175), condenando-a ao pagamento do montante apurado através do recálculo das notas de cobranças nºs 10 -002008 -ND (R\$ 574,20, venc. 01.11.10) e 10 -002774-ND (R\$ 265,32, venc. 01.12.10), valores que deverão ser corrigidos e acrescidos de juros de mora de 1% desde de cada vencimento, nesse ponto sendo parcialmente provido o recurso da ré reconvinte.

(...)

Por fim, restou comprovado nos autos que a autora reconvinda infringiu a cláusula 1.1 de exclusividade prevista no contrato (fl. 11).

Do Laudo Pericial de fls. 728/813 constou que "com base nas Notas Fiscais juntadas as fls. 568/720, a perícia produziu o Anexo 1, para demonstrar a

relação de compras de Gases e Cilindros efetuados pela Requerente junto a sociedade GAMA GASES ESPECIAIS LTDA., onde constatou e concluiu que a Requerente adquiriu produtos (gases e cilindros) daquela sociedade desde o dia 19/03/2010 até a data da notificação ocorrida em 14/07/2010, conforme quadro abaixo a saber" (fl. 749).

Intimadas para se manifestarem a respeito do laudo apresentado (fl. 815), as partes quedaram inertes.

A cláusula contratual 6.1 previa penalidade a ser imposta à parte infratora, "multa no valor correspondente à média dos volumes fornecidos nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pela metade do número de meses que faltar pelo término da vigência na época da infração."

Sendo assim, correta a condenação da autora reconvinda ao pagamento de R\$ 51.222,42.

Os juros de mora devem incidir a partir da citação, como constou da r. sentença, pois a parte somente foi constituída em mora com a efetiva apuração da infração contratual, o que se deu em juízo, não se tratando, até então, de obrigação certa, positiva e líquida.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso da autora reconvinte para o fim de afastar a sua condenação ao pagamento de indenização pelo valor de reposição dos bens, e dou parcial provimento ao recurso da ré reconvinte para determinar que nos valores apurados nos recálculos das notas de cobranças nºs 10 -002008 -ND (R\$ 574,20, venc. 01.11.10) e 10 -002774 -ND (R\$ 265,32, venc. 01.12.10), os juros de mora de 1% ao mês incidam a partir dos respectivos vencimentos.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessário o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 05/STJ e 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO. INDENIZAÇÃO. INADIMPLENTO DO LOCADOR E RESPONSABILIDADE PELO DESFAZIMENTO DO CONTRATO. ALEGAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A revisão do acórdão atacado a fim de atribuir ao locador a responsabilidade pelo desfazimento do contrato de locação, quando as instâncias ordinárias a repelem, com base na análise dos fatos e provas constantes dos autos, atrai a incidência das Súmulas 5 e 7 deste Tribunal. Decisão agravada mantida.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1247017/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO DEPENDENTE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. A reforma do acórdão recorrido somente se faz possível com reexame minudente dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é vedado nesta sede, nos termos do enunciado 7 da Súmula do STJ.

2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 644.601/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 28/04/2015)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. ART. 489 E 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. TÉRMINO RELAÇÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DE MULTA COMPENSATÓRIA COM CUMPRIMENTO OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. HONORÁRIOS CONTRATUAIS NÃO INTEGRAM VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE PERDAS E DANOS. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. O acolhimento da pretensão do agravante, demandaria alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

(...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1294687/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018)

Assim, inviável o acolhimento da pretensão recursal.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 884, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator